

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO RURAL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Ângela Cristina Albarello Marins¹

Letícia de Oliveira²

RESUMO: O turismo no espaço rural e as políticas voltadas a ele têm sido objeto de estudo principalmente na Europa e no meio acadêmico, o que se pode notar através das pesquisas e artigos publicados sobre turismo rural e políticas públicas; principalmente pelo seu potencial econômico, ambiental, social e cultural. O presente trabalho buscou responder a seguinte pergunta: quais os principais achados sobre políticas públicas voltadas ao turismo rural publicadas entre o ano de 2006 e julho de 2017? Para responder a essa pergunta, o objetivo central que orienta a pesquisa consiste em sintetizar as principais políticas públicas apresentadas nos artigos aqui examinados. Para examinar o cenário mundial das publicações sobre esse tema foi adotada a técnica conhecida como pesquisa bibliométrica, que através da exploração dos artigos publicados na base de dados Scopus, entre o ano de 2006 até julho de 2017 trouxe soluções e inovação para anseios comuns sobre as políticas públicas voltadas ao turismo rural. Os resultados obtidos demonstram que as melhores práticas para a adoção, implementação, controle e fiscalização de políticas públicas são as construídas de forma conjunta, envolvendo todos os atores pertencentes a essa temática.

Palavras-Chave: Rede. Empreendedorismo Turismo Rural. Desenvolvimento Regional. Agriturismo. Turismo Rural Integrado.

ABSTRACT: Tourism in rural areas and related policies have been the focus of study in Europe and the academic world, which can be noticed through research and published articles on rural tourism and public policies; mainly due to its economic, environmental, social and cultural potential. The present work sought to answer the following question: what are the main findings on public policies aimed at rural tourism published between 2006 and July 2017? To answer this question, the main objective of the research is to synthesize the main public policies presented in the articles examined here. In order to examine the world scenario

¹ Mestranda em Agronegócios pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). cris.albarello@virgilio.it

² Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (2004). Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

of publications on this theme, the technique known as bibliometric research was adopted. Through the exploration of articles published in the Scopus database, between 2006 and July 2017, it brought solutions and innovation for common policies aimed at rural tourism. The results obtained demonstrate that the best practices for the adoption, implementation, control and fiscalization of public policies are those constructed jointly, involving all the actors belonging to this theme.

Keywords: Network. Entrepreneurship. Regional Development. Agritourism. Integrated Rural Tourism.

RESUMEN: El turismo en el espacio rural y las políticas dirigidas a él han sido objeto de estudio principalmente en Europa y en el medio académico, lo que se puede notar a través de las investigaciones y artículos publicados sobre turismo rural y políticas públicas; principalmente por su potencial económico, ambiental, social y cultural. El presente trabajo buscó responder a la siguiente pregunta: ¿cuáles son los principales hallazgos sobre políticas públicas dirigidas al turismo rural publicadas entre el año 2006 y julio de 2017? Para responder a esa pregunta, el objetivo central que orienta la investigación consiste en sintetizar las principales políticas públicas presentadas en los artículos aquí examinados. Para examinar el escenario mundial de las publicaciones sobre ese tema fue adoptada la técnica conocida como investigación bibliométrica, que a través de la exploración de los artículos publicados en la base de datos Scopus, entre el año 2006 hasta julio de 2017 trajo soluciones e innovación para anhelos comunes sobre las políticas públicas dirigidas al turismo rural. Los resultados obtenidos demuestran que las mejores prácticas para la adopción, implementación, control y fiscalización de políticas públicas son las construidas de forma conjunta, involucrando a todos los actores pertenecientes a esa temática.

Palabras clave: Red. Emprendedorismo. Desarrollo Regional. Agriturismo. Turismo Rural Integrado.

1. INTRODUÇÃO

A introdução traz uma abordagem sobre o turismo em geral e o turismo rural e também a cerca das políticas públicas. Na primeira parte, é apresentado o problema que norteia esse estudo bibliométrico e o objetivo a ser alcançado. E na segunda parte, são apresentados os conceitos de turismo.

Para Secchi (2015, p. 2) não há um consenso quanto à definição de política pública e essa se dá de forma arbitrária. Ele define política pública como sendo uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, acrescentando que uma política pública é uma orientação à atividade ou a passividade de alguém. Ainda uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; o estabelecimento de uma política pública visa o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Secchi (2015, p.2, 3) traz para a discussão o tipo de abordagem adotada no tocante ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas. Ele apresenta a abordagem estatista ou estadocêntrica (*state-centered policy-making*) que considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. Ao se adotar essa concepção, o que determina se uma política é ou não é "pública" é a personalidade jurídica do ator protagonista. A outra abordagem apresentada pelo autor é a abordagem multicêntrica ou policêntrica que considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas, acrescentando que a abordagem multicêntrica é inspirada em filósofos e cientistas políticos como Karl Polanyi e Elinor Ostrom, que ao longo de suas produções intelectuais estudaram e defenderam interpretações policêntricas da ciência, da política e da economia.

Já Teixeira (2002) apresenta a seguinte definição para políticas públicas: são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Pode-se considerar as Políticas Públicas como sendo o campo do conhecimento que visa mobilizar o governo através de um conjunto de ações e omissões que representam o papel do Estado diante dos anseios e interesses da sociedade (LIMA; MEDEIROS, 2012).

E para Pinto Nieto (2001 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 252), sempre que o Estado busca regular determinada atividade, cria um órgão diretivo cuja meta é fixar essa política e um órgão de execução com a função de implementar a política do setor e fiscalizar a atuação dos entes que compõem tal atividade. Assim, a criação em 2003 do Ministério do Turismo - MTUR deu ao Brasil, pela primeira vez, uma pasta, estrutura e orçamentos próprios para o desenvolvimento do turismo.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) apresenta no seu Título VII que dispõe da Ordem Econômica e Financeira, no Capítulo I que trata dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, o artigo 180 que diz: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.". Este artigo faz referência a Lei n. 11.771, de 17-9-2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico (BRASIL, 2013, p. 132). Conforme artigo 24, inciso VII, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (BRASIL, 2013, P. 30). A CF/88 também prevê o lazer nos seus artigos 7º, inciso IV que dispõe sobre os direitos dos trabalhadores e dentre esses direitos está o direito ao lazer; Art. 217, § 3º (trata dos direitos sociais, onde o poder público deverá incentivar o lazer, como forma de promoção social) e o Art. 227 que se refere à criança, ao adolescente e ao jovem. O turismo rural é uma possibilidade de lazer, cultura e aprendizado.

A Lei Nº 11.771/2008, conhecida como Lei Geral do Turismo, porta legalidade à política nacional do setor turístico fomentada pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2008). A política pública é planejada e executada na forma da lei e deve contar com a participação dos setores envolvidos (MORAES, 2013). Para Oliveira (2009), a Lei do Turismo é um instrumento importante para a realização das políticas públicas para o setor. A regulamentação do turismo, dessa forma, é um dos mais importantes instrumentos do planejador turístico em todos os níveis de organização do Estado. Essa Lei conta com 49 artigos distribuídos em seis capítulos: Das disposições Preliminares; Da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Turismo; Da Coordenação e Integração de Decisões e Ações no Plano Federal; Do Fomento à Atividade Turística; Dos Prestadores de Serviços Turísticos e Das Disposições Finais. Dos 49 artigos originais, três foram vetados completamente e outros dois parcialmente, foram eles: o Artigo 17; o Artigo 20 em seu Inciso III; o Artigo 27, § 6º; o Artigo 46 e o Artigo 47 (BRASIL, 2008). O primeiro capítulo apresentou um resumo da finalidade da lei, definiu a atuação do Ministério do Turismo e, conceituou o que é turismo para termos legais. O Art. 1º indicou o alcance dessa lei e sua finalidade. O Art. 2º apresentou a definição de turismo, pela qual se considera turismo às atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (BRASIL, 2008).

Segundo Moesch (2000), o turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. A cada avanço capitalista, há um avanço do turismo. O autor acrescenta que a partir de 1960, o turismo explodiu como atividade de lazer, envolvendo milhões de pessoas e transformando-se em fenômeno econômico, com lugar garantido no mundo financeiro internacional.

O turismo rural estará, teoricamente, em expansão até 2020. Segundo a OMT, o turismo rural mundial apresenta um crescimento anual de 6% e, no Brasil, esse número pode ser maior, pois possui uma grande diversidade cultural, rico patrimônio histórico e uma busca incessante pelo resgate e vivência da história por parte dos turistas (BRASIL, 2010b, p. 17).

Conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT), em publicação divulgada em 14 de julho de 2017 (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2017b), as perspectivas para até agosto do corrente ano seguem muito positivas. Os destinos do mundo inteiro receberam 369 milhões de turistas internacionais (visitantes que pernoitam) nos quatro primeiros meses desse ano, 21 milhões a mais do que nos mesmos meses de 2016 (+6%), segundo o último *Barômetro* OMT do turismo mundial (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2017a).

Ao analisarem os resultados regionais sobre chegadas internacionais no período de janeiro a abril de 2017, a América do Sul apresentou um crescimento de sete por cento (+7%). A OMT está celebrando 2017 como o ano internacional do turismo sustentável para o desenvolvimento. O secretário geral da OMT, Taleb Rifai, destaca que esse crescimento exige maior responsabilidade de assegurar que o turismo contribua para a sustentabilidade nos seus três pilares: o econômico, o social e o ambiental. Ele acrescenta que o crescimento não é nunca o inimigo e que devemos ser responsáveis pela sua gestão sustentável.

A atual tendência de crescimento se reflete no índice de confiança do grupo de especialistas em turismo da OMT. Segundo eles os resultados do turismo nos quatro primeiros meses de 2017 apresentaram maior crescimento em 12 anos, superando as expectativas iniciais de crescimento e esse cenário deve permanecer em crescimento, pois o período de maio a agosto inclui a temporada alta do turismo na maior parte dos grandes destinos turísticos e mercados emissores do mundo (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2017a e 2017b). A OMT busca sinalizar a importância do turismo, um fenômeno econômico e social, através da figura a baixo.

Figura 1: A Importância do Turismo



Fonte: ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (2017a).

As Nações Unidas (ONU) apresentou os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas que demonstram a escala e a ambição da nova agenda universal, a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Essas ações se edificam a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os objetivos e metas estimularão a ação para os próximos 15 anos em diversas áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017a).

A Assembleia Geral das Nações Unidas ao declarar 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento tem a oportunidade de sensibilizar as instâncias decisórias dos setores públicos e privados e o público em geral sobre a contribuição do turismo sustentável para o desenvolvimento (NACIONES UNIDAS, 2017; ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2017c).

Acrescenta que no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Ano Internacional visa impulsionar mudanças nas políticas, nas práticas empresariais e no comportamento dos consumidores, com o objetivo de fazer o turismo um setor mais sustentável que possa contribuir para alcançar os ODS. Há uma previsão de que para 2030 será necessário fazer a gestão sustentável de 1.800 milhões de turistas internacionais (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2017a).

A ONU lançou um verdadeiro desafio aos seus cento e noventa e três (193) Países-membros, dentre eles o Brasil que faz parte do total de cinquenta e um (51) Países-membros fundadores, ao declarar 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017b). Para que o turismo seja sustentável e gere desenvolvimento são necessários planejamento e políticas públicas alinhadas a esses propósitos.

Para Ruschmann (1997) o planejamento do turismo deve criar uma correspondência entre a produção dos bens e serviços e as possibilidades e necessidades socioeconômicas e naturais de um país, região ou comunidade; devendo obrigatoriamente estar integrado a um plano global de desenvolvimento de todas as atividades econômicas de uma nação. Dessa forma, justifica-se a importância desse estudo bibliométrico, pois as políticas públicas apresentam papel fundamental na condução do turismo. Diante disso, o presente trabalho buscou fazer uma revisão sistemática de literatura com o intuito de relatar o que tem sido publicado pertinente a essa temática, no período entre o ano de 2006 até julho de 2017, na base de dados Scopus (Elsevier) disponível na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ao se relacionar políticas públicas e turismo rural faz-se necessário introduzir alguns conceitos e a fundamentação teórica mínima para o exame desse tema. Os conceitos apresentados são conceitos nacionais e internacionais; a legislação examinada é a brasileira, com foco na constituição federal de 1988, na lei federal do turismo e na legislação do Estado do Rio Grande do Sul no tocante ao turismo, em especial, ao turismo rural. Após uma breve revisão conceitual, é abordada a questão econômica e social, é apresentado o turismo em números com o objetivo de destacar a relevância do turismo para o desenvolvimento sustentável. Esse estudo é norteado pela seguinte pergunta: as principais políticas públicas para o turismo rural que emergem dos artigos examinados são?

Para responder a essa pergunta, o objetivo central que orienta a pesquisa consiste em sintetizar as principais políticas públicas apresentadas nos artigos aqui examinados. A seguir estão apresentados os conceitos de turismo.

1.1 Conceitos de Turismo

Para tratar do tema turismo, é necessário inicialmente conceituá-lo. A primeira definição de turismo data de 1911, em que o economista austríaco Hermann von Schullern zu Schattenhofen escrevia que "turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado" (BARRETTO, 1995, p. 9). Ao longo do tempo vieram tantas outras definições, mas a definição de turismo aceita do ponto de vista formal é a dada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) (SANCHO, 2001): O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com

finalidade de lazer, negócios ou outras (SANCHO, 2001, p. 38 *apud* NETTO *et al.*, 2009, p. 50). Esse turismo deve ser sustentável e, para isso, é imprescindível o planejamento do mesmo.

O turismo rural é um turismo desenvolvido na propriedade rural produtiva e é um negócio familiar, um turismo onde o homem constitui o elemento central e essencial. Para se falar em turismo rural, é necessário conhecer a definição de meio rural, pois é nele que essa modalidade de turismo se desenvolve.

No Quadro 1 estão apresentados os principais conceitos relacionados ao turismo rural e a sustentabilidade.

Quadro 1 - Conceitos em Turismo Rural

| | |
|---|---|
| <p>Situação Rural</p> | <p>Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (BRASIL, 2010a, p.16).</p> |
| <p>Meio Rural</p> | <p>A definição de meio rural adotada baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação da terra e na valorização da ruralidade. Nos territórios rurais, os elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial manifestam-se, predominantemente, pela destinação da terra, notadamente focada nas práticas agrícolas e na noção de ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural. Tal valor contempla as características mais gerais do meio rural: a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, o modo de vida, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza (BRASIL, 2010a, p.18).</p> |
| <p>Turismo no espaço rural ou em áreas rurais</p> | <p>São todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividade de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de</p> |

| | |
|--|--|
| | saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não (SILVA <i>et al.</i> , 1998 ³ apud BRASIL, 2010a, p. 17). |
| Turismo no meio rural ou “Turismo Rural” | Corresponde a um conjunto de ações que viabilizam a prática de turismo em áreas rurais. Implica a produção de bens e serviços turísticos a serem consumidos no ambiente rural por uma clientela ávida por interagir com esse meio. É aquele desenvolvido em propriedades rurais produtivas, em ambiente autêntico, natural e diferenciado. É gerido pela própria família e com atendimento personalizado de seus proprietários. Nele os clientes participam das atividades rotineiras do empreendimento. A produção de turismo no meio rural está ligada a uma íntima integração com o espaço rural onde se localiza. Ele é aquele que deve agregar valor à propriedade (BRASIL, 2010a). |
| Turismo Rural | É o conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (Marcos Conceituais - MTur apud BRASIL, 2010c, p. 49). |
| Agroturismo | Compreende ao conjunto de atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.), a partir do 'tempo livre' das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa (BRASIL, 2010a, p. 20). |
| Turismo sustentável (1) | É o turismo que leva em conta os impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades de acolhimento (UNWTO and UNEP, 2005, p.10). |
| Turismo sustentável (2) | É um turismo que se desenvolve o mais rápido possível, levando em |

³ GRAZIANO DA SILVA, José *et al.* **Turismo em áreas rurais:** suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. *et al.* (Org.). Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998: 14.

| | |
|-----------------------------|--|
| | consideração a capacidade de acomodação daquele momento, a população local e o meio ambiente. O desenvolvimento de turismo e novos investimentos no setor de turismo não deveriam depreciar o próprio turismo. As novas opções de turismo deveriam integrar-se com o meio ambiente. (SWARBROOKE, 2000, p. 20). |
| Desenvolvimento sustentável | É a atividade que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras (BRASIL, 2007, p.18). |

Fonte: Albarello e Oliveira (2017).

Para responder a pergunta que norteia esse estudo, o trabalho está estruturado da seguinte forma: (2) descreve os procedimentos metodológicos; (3) apresenta os resultados e a discussão; (4) apresenta as considerações finais.

2. METODOLOGIA

Nesse estudo sobre políticas públicas para o turismo rural, aplica-se uma metodologia com abordagem predominantemente qualitativa e de caráter analítico e exploratório, cuja técnica escolhida e utilizada foi à pesquisa bibliométrica. O presente trabalho objetiva examinar as publicações, no período entre 2006 e julho de 2017, na base de dados Scopus (Elsevier) disponível na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foram selecionados artigos nacionais e internacionais resultantes da pesquisa das palavras "Rural Tourism" e "Polic*".

Foram adotados outros critérios de inclusão para a pesquisa bibliográfica: 1) publicação completa do artigo e 2) relevância para a questão de pesquisa. Para exclusão foram adotados os seguintes critérios: 1) artigos em duplicata, por terem sido listados mais de uma vez, houve a exclusão do excedente e 2) artigos que não estavam disponíveis on-line, aqueles pagos ou que necessitavam de pedido formal para a sua obtenção. A partir desses critérios de pesquisa foram encontrados 55 artigos. Estes foram analisados quanto à relevância, identificando passagens que estavam abordando as questões de pesquisa. Na sequência, foram lidos os artigos de interesse e extraídas as informações relevantes para a pesquisa. As

informações extraídas foram analisadas e sintetizadas através da análise de conteúdo (Bardin, 1977).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse tópico foram apresentados os resultados da presente pesquisa e a discussão sobre os seus resultados. Dos cinquenta e cinco (55) artigos examinados, cinquenta e dois (52) foram publicados em inglês, os outros foram publicados em espanhol ou em português.

A tabela 1 apresenta o número de artigos por ano.

Tabela 1 - Número de artigos por ano

| Ano do artigo | Número de artigos |
|----------------------|--------------------------|
| 2017 | 8 |
| 2016 | 4 |
| 2015 | 14 |
| 2014 | 2 |
| 2013 | 3 |
| 2012 | 3 |
| 2011 | 4 |
| 2010 | 3 |
| 2009 | 1 |
| 2008 | 0 |
| 2007 | 4 |
| 2006 | 9 |
| Total | 55 |

Fonte: Albarello e Oliveira (2017).

Após examinar a Tabela 1, se apreende que os anos com maior número de publicações foram 2015, 2006 e 2017. Isso pode indicar uma tendência ao maior interesse pelo tema, provavelmente oriundos das demandas sociais (pública e privada).

Já a Tabela 2 apresenta a quantidade de artigos por revista para os periódicos que mais publicaram.

Tabela 2 - Quantidade de artigos por revista

| Periódico | Período | Nº de Artigos |
|---|---------------------------------|----------------------|
| Journal Of Sustainable Tourism | 1994 e de 1998 ao presente | 6 |
| Tourism Management | 1982 ao presente | 6 |
| Boletín De La Asociación De Geógrafos Españoles | 2006 a 2016 | 4 |
| Tourism Economics | 1995 ao presente | 4 |
| Quality Access To Success | 2009 ao presente | 3 |
| Tourism Analysis | De 2001 a 2016 | 3 |
| Tourism Management Perspectives | 2012 ao presente | 3 |
| Worldwide Hospitality And Tourism Themes | 2009 ao presente | 2 |
| Acta Universitatis Carolinae Geographica | De 1975 a 1995 e de 1997 a 2016 | 1 |
| Agricultural Economics | 1986 ao presente | 1 |
| Total de artigos | – | 33 |

Fonte: Albarello e Oliveira (2017).

Dos cinquenta e cinco (55) *Journal*, somente oito (8) apresentaram mais de um artigo publicado durante a pesquisa efetuada (Tabela 2); os demais tiveram apenas uma publicação que atendessem às delimitações da pesquisa.

Tabela 3 - Quantidade de autores por artigo

| Quantidade de autores | Número de artigos | Percentual |
|------------------------------|--------------------------|-------------------|
| 1 | 11 | 20,00% |
| 2 | 17 | 30,91% |
| 3 | 16 | 29,09% |
| 4 | 7 | 12,72% |
| 5 ou mais | 4 | 7,28% |
| Total | 55 | 100,00% |

Fonte: Albarello e Oliveira (2017).

A Tabela 3 tornou possível evidenciar que oitenta por cento (80%) dos artigos possuem até três (3) autores e vinte por cento (20%) dos artigos apresentam 4 autores ou mais.

Foram encontradas cento e sessenta (160) palavras-chave nos artigos examinados, cujas frequências variam de cinquenta e cinco (55) para 'Rural Tourism', seguido de quinze (15) para 'Tourism Development', dez (10) para 'Rural Area' até 1 para outras e a seguir foram apresentadas as palavras-chave presentes nos dez (10) artigos mais citados.

Tabela 4 - Frequência da ocorrência de palavras-chave

| Palavras-chave | Quantidade | Percentual |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Turismo rural | 10 | 38,45% |
| Sistema de indicadores | 3 | 11,54% |
| Comida local | 3 | 11,54% |
| Turismo sustentável | 2 | 7,69% |
| Desenvolvimento Rural | 2 | 7,69% |
| Capital do campo | 2 | 7,69% |
| Investimento | 1 | 3,85% |
| Desenvolvimento sustentável | 1 | 3,35% |
| Demandas | 1 | 3,85% |
| Capacidade de carga sociocultural | 1 | 3,85% |
| Total | 26 | 100% |

Fonte: Albarello e Oliveira (2017).

A palavra-chave mais frequente foi 'Turismo Rural' e as menos frequentes foram 'Investimento'; 'Desenvolvimento Sustentável'; 'Demanda' e 'Capacidade de carga sociocultural'. Esses dados podem indicar as temáticas que mais preocupam os estudiosos desse assunto.

Quadro 2 - Características dos dez (10) artigos mais citados

| Nº de citações | Ano da publicação | Primeiro Autor | Periódico | Título do Artigo |
|-----------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|--|
| 117 | 2006 | Garrod, B | Journal of Rural Studies | Re-conceptualising rural resources as countryside capital: The case of rural |

| | | | | |
|----|------|--------------------|---|--|
| | | | | tourism |
| 71 | 2006 | Liu, A. | Tourism Management | Tourism in rural areas: Kedah, Malaysia |
| 37 | 2011 | Blancas, F. J. | Science of the Total Environment | How to use sustainability indicators for tourism planning: The case of rural tourism in Andalusia (Spain) |
| 31 | 2012 | Park, D. B. | Tourism Management | Factors influencing social capital in rural tourism communities in South Korea |
| 29 | 2007 | Sharpley, R. | Journal of Sustainable Tourism | Flagship attractions and sustainable rural tourism development: The case of the Alnwick Garden, England |
| 21 | 2006 | Martinez Roget, F. | Tourism Economics | Rural tourism demand in Galicia, Spain |
| 18 | 2012 | Ghaderi, Z. | Tourism Management Perspectives | Sustainable rural tourism in Iran: A perspective from Hawraman Village |
| 17 | 2006 | Mansfeld, Y. | Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie | Evaluating the socio-cultural carrying of rural tourism communities: A 'value stretch' approach |
| 16 | 2006 | Skuras, D. | Regional Studies | Rural tourism and Visitors' expenditures for local food products |
| 13 | 2015 | Sidali, K. L. | Journal of Sustainable Tourism | Food tourism, niche markets and products in rural tourism: combining the intimacy model and the experience economy as a natural development strategy |

Fonte: Albarello e Oliveira (2017).

O Quadro 2 trouxe as principais características dos 10 artigos de maior impacto. Nenhum primeiro autor se repete e o periódico com maior frequência foi o *'Tourism*

Management'. Já o *'Journal of Rural Studies'* foi o que apresentou maior número de citações desse grupo, totalizando cento e dezessete citações.

Tabela 5 - Número de autores levando em consideração a distribuição das respectivas nacionalidades.

| País | Nº de Autores |
|----------------|----------------------|
| Espanha | 13 |
| Reino Unido | 7 |
| Itália | 6 |
| Estados Unidos | 6 |
| Malásia | 6 |
| China | 3 |
| Portugal | 3 |
| México | 2 |
| Turquia | 2 |
| Romênia | 1 |
| Irã | 1 |
| Argentina | 1 |

Fonte: Albarello e Oliveira (2017).

O país com maior número de autores é a Espanha, com treze (13) representantes; é seguido pelo Reino Unido que teve sete (7) representantes; depois, Itália; Estados Unidos e Malásia todos com seis (6) autores cada, já Romênia teve um (1) representante – idem para Irã, Argentina, Bélgica, Camboja, Croácia, Dinamarca, Estônia, Alemanha, Israel, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Singapura, Taiwan e Tailândia -, sendo que o Brasil não apareceu nesse ranking.

O Quadro 3 apresenta o estado da arte entorno do tema pesquisado.

Quadro 3 - Estado da arte acerca do objeto de estudo

| Autores | Objetivo | Principais Considerações |
|--|--|---|
| Qian, Cheng; Sasaki, Nophea; Jourdain, Damien; | O objetivo desse trabalho foi avaliar os meios de subsistência locais sob os | Os valores para capitais naturais, físicos, humanos, sociais e financeiros foram geralmente |

| | | |
|---|---|---|
| <p>Kim, Sohee Minsun; Shivakoti, Ganesh P. (2017)</p> | <p>governos de turismo baseados na comunidade (CBT) e arrendamento para operação (LOT) em duas aldeias de turismo.</p> | <p>maiores para a TCC. O valor global para os ativos de subsistência foi 0,89 sob a TCC, em comparação com 0,51 no LOT, indicando que a TCC contribuiu mais para a melhoria da subsistência na área rural. Portanto, a CBT deve ser promovida como uma política de alívio da pobreza na China.</p> |
| <p>Doh, Kyung-Rok; Park, Sangwon; Kim, Dae-Young (2017)</p> | <p>Este estudo investiga a viabilidade do negócio do pequeno agroturismo. Especificamente, este documento identifica os antecedentes (isto é, ambiente externo e condições internas) e consequências (isto é, benefícios financeiros e não financeiros) de comportamentos gerenciais (isto é, inovação, pró-atividade e agressividade) que existem ao operar um negócio de agroturismo.</p> | <p>Os resultados desta pesquisa revelam os efeitos heterogêneos de antecedentes que contribuem positivamente e negativamente para o comportamento gerencial. A experiência empresarial influencia negativamente o comportamento da inovação. . O comportamento gerencial inovador, que é encorajado pela percepção de status econômico e capacidade de rede e é exemplificado pela oferta de motivação e encorajamento, foi citado como o caminho mais seguro para a gratificação gerencial e conexão humana e, por sua vez, a maior salvaguarda para a viabilidade da empresa.</p> |
| <p>Garrod, B.; Wornell, R.; Youell, R. (2006)</p> | <p>Este artigo aborda o caso do turismo rural, ilustrando as vantagens de adotar uma abordagem de desenvolvimento</p> | <p>Uma conclusão é que reconceitualizar o recurso rural, uma vez que o capital do campo proporciona uma compreensão mais holística e integrada do sistema de produção do turismo rural, o que será</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | <p>sustentável para identificar políticas adequadas e planos de ação estratégicos para ajudar a enfrentar esses desafios cada vez mais complexos.</p> | <p>necessário para que as comunidades rurais capturem de forma mais eficaz os benefícios que o turismo rural tem para oferecer. Isso, por sua vez, permite uma articulação mais clara da fundamentação do investimento do público, privado e voluntário em recursos rurais.</p> |
| <p>Liu, A. (2006)</p> | <p>Nesse trabalho são examinados os pontos de vista das partes interessadas, das agências de planejamento, da indústria do turismo e das comunidades, sobre suas expectativas, iniciativas de desenvolvimento e respostas para abordar as preocupações do turismo.</p> | <p>Os resultados indicam que o desenvolvimento atua é insatisfatório devido à atenção insuficiente à capacitação local, a relutância em integrar os assentamentos locais e uma noção de profissionalismo mal colocada. A insensibilidade para atender às diferenças culturais e étnicas nos encontros do anfitrião e do convidado também impede o envolvimento local significativo.</p> |
| <p>Sidali, K. L.; Kastenholz, E.; Bianchi, R. (2015)</p> | <p>Este artigo fornece um quadro teórico para especialidades de marketing de marketing de nicho no turismo rural, combinando duas diferentes teorias de comportamento do consumidor, a "economia de experiência" e o modelo de "intimidade", representando uma</p> | <p>Os decisores políticos podem incluí-los em seus modelos de desenvolvimento regional para melhorar o turismo rural sem alterar as tradições culinárias historicamente, social e ambiental. Os decisores precisam facilitar a promoção de um conjunto de fatores para obter "novas relações entre agricultura e sociedade". O 'Food Valley', perto de Parma, na Itália, é um exemplo disso: há um número de</p> |

| | | |
|--|---|---|
| | <p>reorientação do pensamento de marketing clássico. Explora o significado da comida local, incluindo a busca da reconexão com a natureza, a resiliência à globalização, o papel dos alimentos locais no reforço da identidade pessoal, a procura de frescura, gosto e autenticidade, apoio a produtores locais e preocupações ambientais. Considera os desafios para empresários rurais e decisores políticos em comercializar especialidades alimentícias e regiões rurais para o consumidor pós-moderno.</p> | <p>instituto (Universidade de Parma, ALMA School of Italian Cooking), comercial (Academia Barilla), turismo (quatro museus de alimentos) e atores agrícolas (Consórcio de Parmigiano Reggiano, de presunto de Parma, etc.) que trabalham "juntos" com os fornecedores de alimentos sob a égide da promoção de especialidades locais. Em países cuja consciência de sua culinária do seu patrimônio ainda está em fase de desenvolvimento, os decisores políticos podem prever um quadro adequado para a promoção dos fatores de diferenciação mencionados. Por exemplo, incluído uma seleção de produtos candidatos para proteção de IGP. Os Decisores políticos deve se esforçar para incentivar o turismo sem alterar tradições culinárias historicamente em camadas.</p> |
| <p>Ghaderi, Z.; Henderson, J. C.. (2012)</p> | <p>O foco desse artigo é sobre as reações dos moradores e sua percepção de impactos turísticos e políticas formais.</p> | <p>Os achados indicam que os moradores estão preocupados com o uso de recursos naturais e culturais locais para fins turísticos, reconhecendo as consequências negativas para superar os efeitos positivos. As iniciativas governamentais voltadas ao turismo rural têm sido muito limitadas e parecem produzir poucos benefícios</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | para os habitantes da aldeia. As políticas atuais parecem ineficazes e as reformas são necessárias para aproveitar o potencial para o turismo rural sustentável e deve promover o engajamento da comunidade. |
|--|--|--|

Fonte: Albarello e Oliveira (2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou conhecer as principais políticas públicas para o turismo rural que emergiram dos artigos examinados.

Diversos dos trabalhos examinados demonstram a relevância das políticas públicas para que o turismo rural sustentável seja alcançado e para que por meio dele o desenvolvimento sustentável também seja atingido. O próprio Quadro 3 já apresenta a visão da necessidade de articulação e de envolvimento de todos os atores participantes dessa temática, seja na formulação das políticas públicas, seja na implementação, controle e fiscalização das mesmas.

Sugere-se a realização de outros estudos para melhor apreender sobre um tema também encontrado em diversos dos artigos examinados, mas não completamente esgotados e que pode ser de grande valia para a formulação de políticas públicas que é a regionalização do turismo através da formação de '*cluster*', arranjos produtivos locais, parcerias público-privadas, consórcios e convênios.

Apesar da existência da Lei Geral do Turismo, das Leis Estaduais e municipais e da previsão que as mesmas apresentam sobre regionalização, consórcios, convênios e outros, o turismo carece de ações que o fortaleçam e, quem sabe, dessa forma, venha a alcançar o desenvolvimento sustentável das regiões turísticas brasileiras e, em especial, dos roteiros de turismo rural.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETTO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. - Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Turismo).

BLANCAS, F. J.; LOZANO-OYOLA, M.; GONZÁLEZ, M.; GUERRERO, F. M.; CABALLERO, R. **How to use sustainability indicators for tourism planning**: The case of rural tourism in Andalusia (Spain). (2011) *Science of the Total Environment*, 412-413, pp. 28-45.

DOH, K.; PARK, S.; KIM, D. Y. **Antecedents and consequences of managerial behavior in agritourism**. (2017) *Tourism Management*, 61, pp. 511-522.

BRASIL. (2007). Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. 126 p.: il. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/conteudo_fundamental_turismo_e_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. (2008). Casa Civil. **Lei Nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. (2010a). Ministério do Turismo. **Turismo Rural**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. (2010b). Ministério do Turismo. **Manual de práticas e atitudes sustentáveis do turismo rural gaúcho**. Brasília, 2010. Disponível em

<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Manual_de_boas_prxticas_-_Jan2011.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. (2010c). Ministério do Turismo. **Marcos conceituais**. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. (2013). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Colab. Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Juliana Nicoletti. 48. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GARROD, B.; WORNELL, R.; YOUELL, R. **Re-conceptualising rural resources as countryside capital**: The case of rural tourism (2006) *Journal of Rural Studies*, 22 (1), pp. 117-128.

GHADERI, Z.; HENDERSON, J. C. **Sustainable rural tourism in Iran**: A perspective from Hawraman Village (2012) *Tourism Management Perspectives*, 2-3, pp. 47-54.

LIMA, Maria L O F de; MEDEIROS, Janann J. **Empreendedores de políticas públicas na implementação de programas governamentais**. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, p. 1251-1270, set./out. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n5/a04v46n5.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

LIU, A. **Tourism in rural areas**: Kedah, Malaysia (2006) *Tourism Management*, 27 (5), pp. 878-889.

MANSFELD, Y.; JONAS, A. **Evaluating the socio-cultural carrying capacity of rural tourism communities**: A 'value stretch' approach. (2006) *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 97 (5), pp. 583-601.

MARTINEZ ROGET, F.; RODRIGUEZ GONZÁLEZ, X. A. **Rural tourism demand in Galicia**, Spain. (2006) *Tourism Economics*, 12 (1), pp. 21-31.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 29.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NACIONES UNIDAS (UN). (2017). Asamblea General. Resolución aprobada por la Asamblea General el 22 de diciembre de 2015. 70/193. **Año Internacional del Turismo Sostenible para el Desarrollo**, 2017. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/193&referer=/english/&Lang=S>. Acesso em: 30 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). (2017a). Agenda 2030. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). (2017b). **Países-membros da ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

NETTO, Alexandre Panosso *et al.* **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: formação de gestores das políticas públicas do turismo. Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Tassiana Moura de. **A Lei do Turismo** - Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008: uma breve análise. Turismo em Análise, v.20, n.2, ago. 2009. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14184/16002>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). (2017a). **¿Por qué el Turismo?** El turismo: un fenómeno económico y social. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/es/content/por-que-el-turismo>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). (2017b). Press Release. **El turismo obtiene buenos resultados en los primeros meses de 2017**. Disponível em

<<http://media.unwto.org/es/press-release/2017-07-19/el-turismo-obtiene-buenos-resultados-en-los-primeros-meses-de-2017>>. Acesso em 30 jul. 2017.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). (2017c). **Acerca del Año. 2017, Año Internacional del Turismo Sostenible para el Desarrollo.** Disponível em: <<http://www.tourism4development2017.org/es/acerca-del-ano/>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

PARK, D. -B.; LEE, K. -W.; CHOI, H. -S.; YOON, Y. **Factors influencing social capital in rural tourism communities in South Korea.** (2012) *Tourism Management*, 33 (6), pp. 1511-1520.

QIAN, C.; SASAKI, N.; JOURDAIN, D.; KIM, S. M.; SHIVAKOTI, P. G. **Local livelihood under different governances of tourism development in China - A case study of Huangshan mountain area** (2017) *Tourism Management*, 61, pp. 221-233

SANCHO, Amparo. OMT. **Introdução ao Turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos /** Leonardo Secchi. - 2. Ed - São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SHARPLEY, R. **Flagship attractions and sustainable rural tourism development: The case of the Alnwick Garden, England.** (2007) *Journal of Sustainable Tourism*, 15 (2), pp. 125-143.

SIDALI, K. L.; KASTENHOLZ, E.; BIANCHI, R.. **Food tourism, niche markets and products in rural tourism: combining the intimacy model and the experience economy as a rural development strategy** (2015) *Journal of Sustainable Tourism*, 23 (8-9), pp. 1179-1197.

SKURAS, D.; DIMARA, E.; PETROU, A. **Rural tourism and visitors' expenditures for local food products.** (2006) *Regional Studies*, 40 (7), pp. 769-779.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

UNWTO and UNEP (2005). *Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers*, UNWTO, Madrid and UNEP, Paris. Disponível em <http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/devcoengfinal_0.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). (2017a). Strong **tourism results in the first part of 2017**. Disponível em: <<http://media.unwto.org/press-release/2017-07-14/strong-tourism-results-first-part-2017>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). (2017b). **Tourism Market Trends UNWTO**. UNWTO World Tourism Barometer. Disponível em: <<http://mkt.unwto.org/barometer>>. Acesso em: 30 jul. 2017.